

PROCESSO : 20222700100360 – EPAT 22.168
RECURSO : DE OFÍCIO E RECURSO VOLUNTÁRIO N° 22/2023
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA
RELATÓRIO : N° 006/2024/1ª CÂMARA /TATE/SEFIN

02 - VOTO DO RELATOR

O auto de infração foi lavrado, no dia 23/12/2022, em razão de o sujeito passivo, no período de 01 de novembro de 2017 a 31 de dezembro 2018, ter promovido prestação de serviços de telecomunicações, destinadas a órgãos da Administração Pública, não destacando o ICMS das operações. Informa a Autoridade Fiscal que a empresa não cumpriu as condições dispostas no item 77, da Tabela I, do Anexo I, do RICMS/RO – Dec. 8321, uma vez que não demonstrou nos documentos fiscais a dedução do valor do ICMS relativo à prestação do serviço.

Diante disso, foi cobrado ICMS e aplicada a multa de 100% do valor do imposto incidente sobre o valor da prestação, por acobertar com documento fiscal, operação ou prestação tributada, como não tributada ou isenta – a penalidade prevista no artigo 77, VII, “e”, item 4, da Lei 688/96. Neste Auto de Infração foi lançado um crédito tributário no valor R\$ 23.418.698,04.

O sujeito passivo foi notificado pessoalmente, em 27/12/2022 apresentou peça defensiva tempestivamente, alegando, em preliminar que os fatos geradores ocorrido nos meses de novembro de dezembro/2017 estão descaídos (art. 150, § 4º do CTN), pois a ciência do auto de infração deu-se após cinco anos. No mérito, alega que o lançamento é indevido porque efetuou o desconto imposto, pois cobrou o serviço sem a inclusão do ICMS, indicando que o desconto referente do valor do imposto está informado nas faturas do serviço. Ao final, requer a nulidade e o cancelamento do Auto de Infração.

O julgador singular após analisar os autos e a peça impugnativa, decidiu pela parcial procedência da ação fiscal, pois reconheceu a decadência para os meses de novembro e dezembro de 2017. No mérito, considerou comprovada a infração, pois não constou do campo específico da NFST o desconto do imposto. Por ser a decisão contrária à Fazenda Pública, recorreu de ofício à Câmara de Julgamento de Segunda Instância, nos termos do

art. 132 da lei 688/96. Em virtude do disposto no § 3º do artigo 132 da Lei nº 688/96, o processo foi encaminhado ao autor do feito.

A empresa inconformada com a decisão singular, interpôs o Recurso Voluntário, trazendo as mesmas alegações já feitas na impugnação, que o lançamento é indevido porque a prestação é isenta e empresa fez os descontos do imposto, demonstrando no recurso, com cópias de faturas, que a indicam os valores de ICMS desonerados na prestação de serviços feita aos órgãos públicos. No final, requer o cancelamento do Auto de Infração.

Diante dos argumentos aludidos pela defesa (impugnação feita na instância singular e no recurso voluntário), para que se possa fazer uma análise do lançamento, nos termos do que art. 43, § 5º, do Anexo XII, do RIOCMS/RO, o PAT deve ser encaminhado à Gerência de Fiscalização para que o Setor de Comunicação se manifeste sobre o argumento de defesa apresentado pela empresa.

É o breve relato.

02.1- Da análise dos autos e fundamentos do voto.

A exigência tributária decorreu de a empresa ter deixado de pagar o imposto, por ter prestado serviço de comunicação, emitindo notas fiscais como se as prestações realizadas fossem isentas – sem o destaque do imposto.

O dispositivo da penalidade indicado (art. 77, VII, “e”, item 4, da Lei 688/96), determina a aplicação da multa de 100% do valor do imposto incidente sobre o valor da prestação, por acobertar com documento fiscal, operação ou prestação tributada, como não tributada ou isenta.

Do que consta nos autos, restou incontroverso que a empresa prestou serviço de comunicação e que emitiu documentos fiscal sem o destaque de imposto. E ainda comprovado que a autuada não indicou na NFST o desconto no preço cobrado, requisito necessário para que a prestação seja isenta.

Assim, a questão controvertida limitou-se a saber se houve, ou não, a dedução do valor do ICMS no preço cobrado dos órgãos da Administração Pública ICMS, pois a

empresa apresenta faturas dos serviços prestados, informando o valor de imposto desonerado, todavia esse valor não compõe o preço do serviço, trata-se de informação complementar, que não constam da NFST apresentada ao Fisco.

No que diz respeito à decadência, o julgador monocrático já reconheceu a perda do direito do Fisco para o mês de novembro de 2017, o que foi confirmado pela Autoridade Fiscal lotada da Gerência de Fiscalização, ambos recalcularam o crédito tributário, reduzindo de R\$ 23.418.698,04 para um valor de R\$ 21.656.703,87.

Com relação ao mérito, a legislação que disciplina a matéria estabelece que são isentas as operações ou prestações internas, relativas à aquisição de bens, mercadorias ou serviços, exceto combustíveis, por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias (Convênio ICMS 26/2003). Tal norma está prevista no RICMS/RO (Anexo I, Parte 2, Item 49), logo, a serviço de comunicação objeto da autuação é isento.

Todavia, no que diz respeito a essa operação, é importante destacar que essa isenção é condicionada ao cumprimento de alguns requisitos, dentre eles, o de que a empresa deverá conceder um desconto, no preço da prestação de serviço, do valor equivalente ao imposto dispensado, indicando-o, expressamente, na nota fiscal (Anexo I, Parte 2, Item 49, Nota 1, do RICMS/RO).

Nota 1. A isenção prevista neste item fica condicionada:

- I - ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado;
- II - à indicação, no respectivo documento fiscal, do valor do desconto;

Importante esclarecer que este benefício fiscal tem como finalidade reduzir os preços de aquisição pela Administração Pública, logo, ele é destinado ao adquirente e não ao a empresa prestadora do serviço. Por esta razão, o requisito de que seja comercializado num preço inferior, é efetivado pela dedução do valor referente ao imposto. Como a empresa não atendeu a legislação, pois não demonstrou no documento fiscal e, apesar de ter juntado faturas, que a indicam os valores de ICMS desonerados na prestação de serviços feita aos órgãos públicos, não conseguiu comprovar que ocorreu o desconto – condição necessária para a fruição do benefício –, ou seja, de seu ônus probatório não se desincumbiu (art. 84, da lei 688/96).

Acrescenta-se que, no Relatório Fiscal elaborado pela Gerência de Fiscalização, restou demonstrado pelas cópias dos documentos fiscais, conforme provas anexas ao auto de infração e exemplos de faturas trazida no recurso, a empresa não indicou, nas notas fiscais de serviço de comunicação e de telecomunicação, o desconto no preço do valor equivalente ao imposto dispensado, logo, não cumpriu um dos requisitos para que a prestação seja isenta, entendendo aquela Gerência que tal descumprimento implica o não reconhecimento da isenção.

Assim, como a autuada não cumpriu o que determina a legislação – o desconto e a indicação do valor no documento fiscal, e também não demonstrou que o preço do serviço foi reduzido de valor do imposto, o lançamento foi regular e o imposto é devido, devendo, por essa razão, manter o que foi decidido na instância monocrática.

Diante do exposto, por tudo que dos autos constam, conheço dos Recursos interpostos para negar-lhe provimento, mantendo a decisão singular de parcial procedente o Auto de Infração.

É como VOTO.

Porto Velho, 23 de outubro de 2025.

~~Amarildo Ibiapina Alvarenga~~
AFTE Cad.
JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20222700100360 – EPAT 022.168
RECURSO : DE OFÍCIO E REC. VOLUNTÁRIO Nº. 022/2023
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL E FPE
RECORRIDA : FPE E OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
RELATOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA
REP. FISCAL : ROBERTO LUIS COSTA COELHO
PGE : EDER LUIZ GUARNIERI

ACÓRDÃO Nº 0205/2025/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **ICMS/MULTA – PRESTAR SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SEM EFETUAR O DESTAQUE DO IMPOSTO – OCORRÊNCIA.** O sujeito passivo realizou prestações de serviço de comunicação a órgãos da Administração Pública Estadual, no período de 01 de abril a 31 de dezembro 2018, sem efetuar o destaque do imposto nos documentos fiscais respectivos, sob a alegação de que essas se enquadravam na hipótese de isenção prevista no item 49 da Parte 2 do Anexo I do RICMS-RO (Decreto nº 22.721/18); todavia, por não cumprir as condições necessárias para a fruição desse benefício fiscal (nota 1, I e II, do aludido item 49), as referidas prestações de serviço são, em verdade, tributadas. Infração ilidida em parte. Manutenção da decisão *a quo* que julgou Parcial procedente o Auto de Infração. Recurso Voluntário desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **PARCIAL PROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Amarildo Ibiapina Alvarenga, acompanhado pelos julgadores Juarez Barreto Macedo Júnior, Manoel Ribeiro de Matos Junior e Reinaldo do Nascimento Silva.

CRÉDITO TRIBUTÁRIO ORIGINAL	*CRÉDITO TRIBUTÁRIO PROCEDENTE
DATA DO LANÇAMENTO 23/12/2022 - R\$ R\$ 23.418.698,04	*R\$21.656.703,87
CRÉDITO TRIBUTÁRIO DEVE SER ATUALIZADO PELA SELIC NA DATA DO SEU EFETIVO PAGAMENTO, OBSERVANDO O ART. 3º DA LEI 6062/2025 E O DECRETO 30.466/2025.	

TATE, Sala de Sessões, 23 de outubro de 2025.

Fabiano Emanuel F. Caetano
Presidente

Amarildo Ibiapina Alvarenga
Julgador/Relator